



AS POLÍTICAS EUROPEIAS DE COESÃO SOCIOECONÔMICA E A ATUAL CRISE DO CAPITALISMO

Michelle Lins de Moraes¹

RESUMO: O principal objetivo do presente trabalho é analisar a abordagem presente nas Políticas Públicas de coesão socioeconômica implantadas pela União Europeia nos anos que precederam à atual crise econômica (2000-2007) e suas (in)variações após 2007. Além disso, confronta-se a mencionada abordagem com alguns indicadores relacionados ao contexto que foi inserida, na tentativa de uma melhor compreensão do nível de coerência destas políticas como uma efetiva resposta às necessidades apresentadas ao interno de um sistema capitalista no qual uma verdadeira coesão de tipo social, política e econômica nada mais é que um mito.

Palavras-chave: Coesão socioeconômica. Crise. União Europeia.

ABSTRACT: This paper analyzes the approach of the socio-economic cohesion policies actuated by the European Union during the pre-economic crisis period (2000-2007) and their variations after 2007. Furthermore, this approach is confronted with some indicators related to the context that it was inserted, in an attempt to better understand the level of coherence of these policies as an effective response to the needs within a capitalistic system for which a real social, political and economic cohesion is merely a chimera.

Keywords: Socio-economic cohesion. Crisis. European Union.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Università Degli Studi di Ferrara (UNIFE) / Itália. E-mail: moraesbrasil@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo do presente trabalho é contribuir com a abertura de arenas de debate sobre as Políticas Públicas de coesão socioeconômica, neste caso em específico as políticas implantadas pela União Europeia nos anos que precederam à última crise econômica (2000-2007) e suas (in)variações após 2007. Em um contexto no qual o vínculo entre as nações se torna cada vez mais necessário, dados os efeitos da globalização e da difusão do capitalismo, considera-se importante aprofundar a discussão sobre o processo de coesão socioeconômica em nível supranacional.

Em uma tentativa de contextualizar as políticas de coesão da União Europeia à realidade na qual foram implantadas, serão considerados alguns indicadores relacionados a tal processo. Um ponto a ser evidenciado é que as informações referentes ao primeiro período, isto é, 2000-2007, tratarão, de maneira mais específica, das políticas direcionadas à redução das assimetrias entre os sub-blocos denominados UE15 e UE12²; enquanto os dados referentes à realidade instaurada após 2007 contemplarão as políticas de coesão da União Europeia como um todo, visto que os efeitos da atual crise acentuaram o nível de desigualdade em todas as direções.

O paradoxo de um processo de coesão socioeconômica ao interno de um modelo capitalista é algo, ainda, muitas vezes invisível ao senso comum, inclusive na Europa. Todavia a crise econômica pela qual estamos passando, ao aprofundar de maneira dramática o nível de desequilíbrio entre os países da União Europeia e ao interno deles, está evidenciando as deficiências de um modelo no qual a principal causa do desequilíbrio é o próprio sistema (HOLLAND, 1976, p. IX). A assunção de uma posição ativa diante deste contexto passa, inclusive, pela discussão de tais deficiências, principalmente se considerada um importante ponto de partida de uma reorganização social.

2 AS POLÍTICAS DE COESÃO DA UE DURANTE O PERÍODO 2000-2007

² As nações que compunham a União Europeia em 2003, denominadas UE15, eram: Áustria, Bélgica, Finlândia, Grécia, Luxemburgo, Dinamarca, Espanha, Holanda, Alemanha, França, Portugal, Irlanda, Itália, Suécia e Reino Unido. Entre os anos 2004 e 2007, doze países aderiram ao bloco (UE12): Bulgária, Polónia, República Checa, Chipre, Letônia, Lituânia, Eslovênia, Estônia, Eslováquia, Hungria, Malta e Romênia.



A evolução do capitalismo portou com si importantes modificações de tipo político, social e econômico a grande parte dos países do mundo. Neste contexto, “a União Europeia foi criada para cumprir objetivos políticos, que ambiciona atingir através da cooperação econômica” (FONTAINE, 2010, p. 6). A partir da década de 70 um novo aspecto é adicionado às políticas de cooperação da região, o qual serviria para humanizar a prevalência do âmbito econômico como meio da reorganização política proposta: a denominada “coesão socioeconômica”. Em um cenário no qual prevalecem os valores da *social market economy* (COMISSÃO EUROPEIA, 1996, p. 13), a referida coesão se tornou um instrumento direcionado à ampliação do nível de valor adicionado pelas atividades produtivas, principalmente nas regiões menos desenvolvidas; o atual nível de (in)disponibilidade dos fatores de produção na Europa, como a mão de obra, por exemplo, foi determinante para reforçar uma estratégia de coesão (crescimento) baseada no incremento de produtividade.

O alargamento da União Europeia, que até 2003 era composta por apenas 15 nações, estava claramente vinculado à possibilidade de garantir uma maior homogeneização política na região e de usufruir dos fatores de produção presentes nos novos Estados-membros; a receita da UE para a promoção de um processo de coesão entre antigos e novos componentes, basear-se-ia em:

[...] um crescimento sustentado [dos novos componentes] muito acima da taxa da atual União durante um período de tempo prolongado para que estes países possam atingir níveis de rendimento comparáveis com os da média da UE.[...] Tal como acontece nas zonas da União caracterizadas por um fraco desempenho econômico, a superação das fragilidades estruturais nos novos Estados -membros significaria não só elevar os níveis de vida, mas também aumentar a competitividade e o crescimento na economia de toda a União. [...] Manter a coesão social não é apenas importante por si só, mas também para apoiar o desenvolvimento econômico suscetível de ser ameaçado por perturbações políticas se existirem disparidades demasiado profundas no seio da sociedade. (COMISSÃO EUROPEIA, 2004, p.2).

Neste sentido, durante o período 2000-2007 as políticas de coesão socioeconômica implantadas pela União Europeia foram direcionadas, prevalentemente, à qualificação do capital humano, à melhoria na rede de transportes e à modernização e diversificação das estruturas econômicas³. Assim, nesta abordagem, as problemáticas

³ Durante este período, as mencionadas iniciativas receberam cerca de 72% dos recursos econômicos atribuídos aos três principais fundos de coesão da UE (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER, Fundo Social Europeu – FSE e Fundo de Coesão).



inerentes ao âmbito social foram reduzidas a aspectos relacionados ao nível de eficiência dos “recursos humanos” disponíveis: “para que a economia da UE possa alcançar taxas de crescimento mais elevadas a longo prazo, depende da competitividade de cada região e, por conseguinte, dos respectivos recursos humanos” (COMISSÃO EUROPEIA, 2007, p. 81). Tal fato fez com que importantes questões sociais fossem transcuradas pelas políticas de coesão da União Europeia, como, por exemplo, a participação política dos indivíduos e uma efetiva redistribuição dos recursos gerados pelo crescimento econômico em favor dos trabalhadores; a redução dos níveis de grave pobreza só foi considerada porque é vista como um importante meio para a promoção da capacitação dos recursos humanos disponíveis e para a ampliação do mercado interno. Todavia os resultados apresentados nos próximos parágrafos, principalmente aqueles referentes aos novos Estados-membros, mostraram que a “solução” sugerida pelas políticas europeias para a redução dos níveis de pobreza durante os anos 2000 e 2007 – através de incrementos de produtividade e de crescimento econômico, mostrou-se ineficiente se não vinculada a outras iniciativas, como uma melhor redistribuição dos recursos econômicos.

Em relação à infraestrutura, a relevância desta para o processo de coesão socioeconômica da UE se basearia no fato de que seria “um aspecto importante da competitividade regional e uma fonte de vantagem comparativa para as empresas localizadas em zonas onde as mesmas se encontram bem desenvolvidas” (COMISSÃO EUROPEIA, 2007, p. 60-61). A história mostra que entre as inumeráveis formas de que se valeram as potências ocidentais das regiões atrasadas, ao longo do processo de difusão do capitalismo, está aquela de incentivar o investimento na infraestrutura das áreas subdesenvolvidas, com o objetivo de incrementar os lucros dos grandes detentores de capital que ali se instalam.

Já as políticas de coesão voltadas à modernização e diversificação das estruturas econômicas basearam-se, em grande parte, em aspectos inerentes à inovação tecnológica. Os principais desafios da União Europeia neste sentido seriam: “recuperar o atraso que tem relativamente aos seus principais concorrentes, ajudar os novos Estados-membros a colmatar as respectivas lacunas, desenvolver as competências necessárias e tirar partido da sua situação econômica e social” (COMISSÃO EUROPEIA, 2003, p. 1). Nesta abordagem, a redução do hiato tecnológico entre os países membros e a fruição da situação social são utilizados como instrumentos para o crescimento econômico e uma maior homogeneização política em nível regional. Todavia o anseio de se reduzir as



disparidades existentes entre a UE e seus concorrentes, como os Estados Unidos, por exemplo, faz com que tais aspectos se tornem também importantes para reforçar o poder político europeu no cenário internacional.

Ao se considerar alguns indicadores-chave é possível delinear, mesmo se não de forma extensiva e nem buscando uma relação direta de tipo causa-efeito com as políticas de coesão adotadas, o comportamento de alguns aspectos importantes para o processo de coesão socioeconômica durante os anos que precederam a última crise. Iniciaremos com aquele que seria o principal meio para a promoção da coesão política na União Europeia: o crescimento econômico. Durante os anos 2000 e 2007 a variação real média do PIB per capita (em PPC) dos vinte e sete países da União foi de cerca de +2% ao ano, enquanto nos novos Estados-membros (UE12) o aumento médio apresentado foi superior a 5% ao ano, nos componentes mais antigos (UE15) o incremento foi de 2% ao ano. Apesar de a região denominada UE12 ter apresentado um nível de crescimento muito superior no período considerado, o PIB per capita dos novos Estados-membros passou a representar apenas 53% daquele atribuído à UE15 em 2007, segundo os dados do Banco Mundial. Considerando que a mencionada relação era de 52% em 1990, constata-se, portanto, que não existiram significativos progressos neste sentido.

Um aspecto amplamente transcurado neste processo de “coesão socioeconômica” se refere à distribuição de renda ao interno dos países. O nível de concentração de renda, reforçado através da má distribuição dos recursos provenientes do crescimento econômico dos últimos anos, apresentou uma tendência crescente nos países do bloco. Segundo os índices de Gini publicados pelo Eurostat, durante o período 2000-2007 somente oito dos vinte e cinco países da UE para os quais as informações eram disponíveis não teriam incrementado seus níveis de desigualdade; enquanto os componentes mais antigos apresentaram uma variação média de +0,9 pontos, nos novos Estados-membros a alteração foi de +2,1. Os coeficientes de Gini atribuídos aos sub-blocos UE15 e UE12 foram, respectivamente, 29,1 e 30,2 para o ano de 2007⁴.

As dinâmicas inerentes ao processo de concentração de renda são determinantes para a configuração da estrutura socioeconômica de uma região; o impacto

⁴ O coeficiente de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo. Numericamente, varia de zero a cem (alguns apresentam de zero a um): o valor zero representa a situação de máxima igualdade, enquanto o valor cem (ou um) o extremo oposto.



da distribuição dos recursos econômicos incide, inclusive, sobre a possibilidade de se conduzir uma vida digna. Entre os anos 2005 e 2007, apesar da taxa de privação material ter apresentado uma redução de 0,3 pontos percentuais nos países pertencentes à UE15, nos novos Estados-membros a mesma se ampliou em 1,5 p.p.; nesta última região a mencionada taxa atingiu o patamar de 17%⁵. Um aspecto a ser lembrado é que, neste mesmo período, os novos Estados-membros apresentaram um crescimento médio do PIB per capita muito superior àquele da UE15.

Portanto, os dados utilizados apontam que as políticas de coesão socioeconômica da União Europeia, voltadas principalmente à qualificação do capital humano, à melhoria na rede de transportes e à modernização e diversificação das estruturas econômicas dos novos Estados-membros, viram as taxas de indigência material e de concentração de renda aumentarem na UE12 durante os anos que precederam a atual crise, apesar do crescimento

3 AS (IN)VARIAÇÕES NAS POLÍTICAS DE COESÃO APÓS 2007

Assim como as guerras, as grandes crises econômicas podem se tornar o ponto de partida para importantes alterações na organização de uma sociedade. Como já mencionado, as forças políticas que prevaleceram ao final da Segunda Guerra Mundial impulsionaram um processo de homogeneização social de tipo capitalista na maior parte do mundo, inclusive na Europa. Todavia a atual crise está reforçando o ceticismo no confronto de tal modelo, apesar de alguns números publicados sobre o desempenho da economia, ou até mesmo a falta deles, estarem atuando como entorpecentes sociais, na tentativa de se obter uma falsa sensação de estabilidade e de coerência ao interno de um sistema no qual uma verdadeira coesão de tipo social, política e econômica nada mais é que um mito.

Segundo os dados do Eurostat, apesar da variação real média do PIB per capita da União Europeia ter sido negativa durante o período 2008-2011 (-0,4% ao ano), tal

⁵ A taxa de grave privação material publicada pelo Eurostat “é definida como a carência não desejada de pelo menos três dos nove elementos seguintes: a capacidade de fazer face a despesas imprevistas, a capacidade de gozar uma semana de férias anual fora de casa, a existência de pagamentos atrasados (pagamentos de prestações de crédito à habitação ou rendas, facturas de serviços públicos, mensalidades de compras a prestações ou outros pagamentos de empréstimos), a capacidade de consumir uma refeição de carne, frango ou peixe de dois em dois dias, a capacidade de aquecer convenientemente a sua habitação, a capacidade de comprar uma máquina de lavar roupa, um televisor a cores, um telefone ou um automóvel.” (COMISSÃO EUROPEIA, 2010b, p. 107). A taxa de privação material mencionada no presente trabalho (17%) considera a carência não desejada de pelo menos um dos elementos elencados.



indicador se apresentou positivo nos últimos dois anos considerados, mostrando uma reversão de tendência. Em relação ao coeficiente Gini, os dados mostram que o nível de concentração de renda no bloco se manteve praticamente inalterado (+0,007) durante o referido período. Já a taxa média de indigência material da região UE27, que se mostrava estável durante os anos 2005 e 2007, apresentou uma redução média de -1,1 p.p. no período 2008-2011; em Grécia, Irlanda, Espanha e Itália a diminuição foi, respectivamente, de cerca de -6, -3, -2, e - 2 pontos percentuais.

Todavia os números mencionados no parágrafo anterior se mostram incompatíveis com a realidade que se apresenta diante dos nossos olhos e também com outros indicadores divulgados, como é o caso, por exemplo, da variação da taxa de desemprego e do número de milionários na Europa. Em relação à variação média da taxa de desemprego na União Europeia, esta foi de cerca de + 3 p.p. no período 2007-2012, alcançando o patamar de 10,5% no último ano considerado; em alguns países, como Espanha, Irlanda, Letônia, Grécia e Lituânia, a variação foi superior a +9 p.p.

Os efeitos da atual crise econômica sobre os seres (não recursos) humanos também podem ser verificados através do aumento da taxa de suicídio. Estudos recentes indicam que, na Europa, um incremento de 1% nas taxas de desemprego nacionais provocaria, em média, uma elevação de +0,8% no número de suicídios; na Grécia, a taxa de suicídio apresentou um aumento de cerca de 40% em 2011 (DG IPOL, 2012, p. 10).

Não obstante todos os efeitos provocados pela crise, as políticas de coesão socioeconômica da UE não foram reformuladas; durante o período 2007-2013 cerca de 80% dos recursos orçados para este tipo de política foram direcionados de forma direta para o melhoramento da infraestrutura e da competitividade das empresas, enquanto os outros 20% o foram de maneira indireta (COMISSÃO EUROPEIA, 2010a).

Um dos resultados da dinâmica em curso na Europa após 2007 foi o aumento de 3% da população pertencente ao grupo de milionários da região, conhecido como High Net Worth Individual – HNWI⁶.⁵ Entre as dez nações⁶ com as maiores quantidades de HNWIs em 2011, quatro pertencem à UE (Alemanha, Reino Unido, França e Itália); o número total de HNWIs destes quatro países aumentou cerca de 2% entre os anos 2007 e 2011

⁶ Os indivíduos com patrimônio pessoal elevado (High Net Worth Individuals – HNWIs) são definidos pelo relatório sobre a riqueza mundial como as pessoas que possuem mais de US\$ 1 milhão disponível para investimentos. (Capgemini; RBC Wealth Management, 2012, p.3)



(CAPGEMINI; RBC WEALTH MANAGEMENT, 2012).

Diante de um cenário como este, no qual os malefícios da crise do liberalismo econômico recaem prevalentemente sobre as faixas mais baixas de renda e, portanto, influenciam de maneira significativa o ampliado das disparidades entre ricos e pobres, a abordagem utilizada pela União Europeia para o delineamento de suas políticas públicas de “coesão socioeconômica” não apresentou significativas alterações em relação ao período pré-crise. Com a aprovação da estratégia denominada “Europa 2020”, em junho de 2010, o papel das políticas de coesão foi mais uma vez confirmado: um meio de ampliação do uso dos fatores de produção, como o “capital humano”, para a promoção do acúmulo de capital.

Todavia as tensões provocadas pela atual crise e pela inércia demonstrada pelos dirigentes dos países da UE, no sentido de amenizar a pressão exercida sobre as classes mais baixas de renda durante este período, estão fazendo com que as políticas de coesão socioeconômica colaborem para a desarticulação política da região. Os intensos protestos contra as medidas de austeridade e a pobreza presentes na União Europeia provocaram importantes alterações no cenário político nos últimos meses, entre elas: a demissão dos governantes búlgaro e esloveno, além da eleição de um *Labour Party* em Malta, após 15 anos. Na Itália, o sinal de insatisfação da população foi dado por meio da ascensão, entre as três principais forças políticas do país, de um movimento que prega a antipolítica e é contra a União Europeia. Portanto, apesar da estabilidade econômica demonstrada por uma parte dos indicadores divulgados e das convicções do *mainstream*, algo está mudando na organização social dos países da UE; mas a criticidade apresentada atualmente é suficiente para promover substanciais alterações no ordenamento político, social e econômico predominante? Independente da resposta, talvez as políticas de coesão socioeconômica da União Europeia possam continuar colaborando com a desarticulação política deste sistema nos próximos anos.

4 CONCLUSÃO

As políticas de coesão socioeconômica da União Europeia emergiram como resposta à necessidade de uma maior estabilidade política na região e ao anseio de se potencializar o crescimento econômico dos países já desenvolvidos e o acúmulo de capital. Desde então, a fórmula para a promoção deste tipo de coesão não sofreu significativas alterações, mesmo diante dos efeitos gerados pela atual crise: aumento constante dos índices de desemprego e pobreza. As mencionadas políticas continuaram a se concentrar



em aspectos como a qualificação do “capital humano”, a melhoria na rede de transportes e a modernização e diversificação das estruturas econômicas, ao invés de promoverem uma maior participação política, social e econômica dos indivíduos.

Neste cenário, apesar de o clima de insatisfação dos trabalhadores em muitos dos países da UE ser latente, a hipótese de que o modelo capitalista seja o mais coerente para o desenvolvimento de nossa sociedade infelizmente ainda é muito arraigada no senso comum. Todavia alguns aspectos referentes ao paradoxo de um processo de coesão socioeconômica em um sistema capitalista estão emergindo e as políticas públicas de coesão da União Europeia parecem estar colaborando neste sentido, ou seja, para desarticulação política do sistema que a criou.

REFERÊNCIAS

Capgemini; RBC Wealth Management. **Relatório sobre a Riqueza Mundial 2012**. Nova York: 2012.

Comissão Europeia. **Cohesion Policy 2007-2013**. Luxemburgo: 2010a. Disponível em: <http://ec.europa.eu/regional_policy/thefunds/funding/index_en.cfm> Acesso em: 03/2013.

Comissão Europeia. **Quinto relatório sobre a coesão econômica, social e territorial: investir no futuro da Europa**. Luxemburgo: 2010b.

Comissão Europeia. **Quarto relatório sobre a coesão econômica e social: regiões em crescimento, Europa em crescimento**. Luxemburgo: 2007.

Comissão Europeia. **Terceiro relatório sobre a coesão econômica e social: uma nova parceria para a coesão convergência competitividade cooperação**. Luxemburgo: 2004.

Comissão Europeia. **Política de inovação: atualizar a abordagem da União no contexto da estratégia de Lisboa**. Bruxelas: 2003. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/other/n26021_pt.htm>. Acesso em: 02/2013.

Comissão Europeia. **First Report on Economic and Social Cohesion**. Luxemburgo: 1996.

Directorate-General for Internal Policies DG IPOL. *Mental Health in Times of Economic Crisis Workshop*. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2012.

Fontaine, P. **A Europa em 12 lições**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2010.

Holland, S. **Capital versus the Regions**, 1976. Traduzione: Capitalismo e Squilibri Regionali. Bari: Laterza, 1976.